



22 de outubro de 2020

Os trabalhadores da educação e a juventude devem abrir os olhos para a impostura da “greve sanitária”.

Contatos: www.pormassas.org
e-mail: por@pormassas.org

NESTA EDIÇÃO:

- Responder aos ataques à educação com um plano de emergência de defesa do conjunto dos explorados!

Não à farsa da “greve sanitária”!

Organizar o movimento de defesa da educação como parte de um plano de emergência próprios dos explorados

Convocar as assembleias presenciais

O cabo de guerra entre governadores, prefeitos e sindicatos de trabalhadores da educação, em torno da volta às aulas, se agudizou. As autoridades vêm dando passos, no sentido de acabar com o isolamento social, neste último reduto, avesso à normalização das atividades. Desde maio, principalmente, o governo federal e governos estaduais chegaram ao denominador comum de pôr fim, o mais rápido possível, à quarentena. Por trás dessa decisão, está o poder econômico. A ideia é a de que o que poderia ser feito, apesar das divergências no interior da política burguesa do isolamento social, estava concluído.

A pandemia continuava e continua contaminando e matando os mais pobres. Os governadores, que resistiram à posição de Bolsonaro, de limitar o isolamento, por meio de uma forma vertical, ou seja, selecionado, acabaram se curvando, diante do descontentamento do empresariado e dos milhões de pequenos patrões, que viram seus negócios afundarem. No final das contas, passaram a flexibilizar a quarentena, a princípio gradualmente e, logo, completamente.

O último bastião do isolamento é o da educação. Isso porque tem uma particularidade: envolve milhões de crianças e jovens. O temor da contaminação permanece, embora a economia esteja praticamente normalizada, e amplas camadas da população já não se sentem tão ameaçadas, como se sentiram nos meses de março e abril. Pouquíssimas atividades coletivas ainda resguardam algum cuidado. De maneira que somente as escolas e universidades permanecem no isolamento.

Os governos marcaram datas de retorno, que foram sendo adiadas. Mas, começaram a normalizar o funcionamento burocrático, e introduziram a volta dos alunos, de forma escalonada e seletiva. Para isso, criaram-se os “protocolos” de proteção. Nota-se que o retorno total somente não ocorreu, devido ao temor dos pais e à pressão da burocracia sindical.

O período das eleições municipais pesou na decisão dos governantes de não forçarem o retorno às aulas. O que deu maior capacidade de pressão política das direções sindicais, que também estão envolvidas até o pescoço com os partidos e candidatos. Todos comungam a bandeira de “defesa da vida”, embora a maioria esteja trabalhando e correndo o risco da contaminação. É de conhecimento geral que o funcionalismo tem importante peso político na máquina do Estado. Eis por que os governantes não ousaram cortar parte dos salários, como foi feito pelo empresariado, que aplicou a MP 936. Na rede privada de ensino, houve redução salarial e demissão em massa. É necessário expor abertamente essas ações diferenciadas dos governadores e prefeitos. A burocracia sindical das particulares se submeteu à política burguesa do isolamento social, seguindo a conduta de toda burocracia sindical, deixando os professores e funcionários à mercê do patronato.

Um outro fator de grande importância foi e é a generalização do ensino a distância (EaD). O argumento das autoridades educacionais, de que assim se estaria mantendo a aprendizagem, foi incorporado pela burocracia sindical, que se limitou a reclamar de que nem todos tinham acesso à internet e

aos recursos tecnológicos. O fato é que uma boa parcela dos estudantes pobres ficou à margem do EaD. Motivo esse de demagogia dos responsáveis pela educação, de prometer “recuperar” os milhares que ficaram de escanteio. É notório que essa quarentena da educação servirá aos empresários que, há muito, trabalham para que o governo amplie e dê mais poderes a essa modalidade de ensino.

As consequências negativas são de diversas ordens. Uma delas – a mais grave – é a enorme evasão escolar. Como se pode ver, não se trata apenas de manter ou quebrar o isolamento social na educação. É preciso uma resposta ao conjunto dos graves efeitos que atingiram a educação sob a pandemia. A burocracia sindical não está preocupada com as medidas governamentais que, em nome da proteção à vida, aproveitaram para realizar uma ofensiva privatizante e de ruptura das relações sociais que permitem a aprendizagem. Não está preocupada com as consequências gerais da pandemia e da crise econômica, que atingiram a maioria nacional oprimida. Nem mesmo as demissões massivas de professores da rede privada mereceram uma ação coletiva dos sindicatos, submetidos a direções corrompidas pelo capitalismo. Aí se tem o retrato da mesquinhez política do cabo de guerra entre governantes e burocratas.

Não havia e não há outra forma de reação à ofensiva burguesa sobre a educação, sob o pretexto da pandemia e defesa da vida, a não ser organizar um movimento coletivo e massivo de professores, funcionários, estudantes e pais. Ocorre que essas direções se refugiaram na virtualidade, assumindo plenamente a política burguesa do isolamento social. O seu corporativismo é de tal magnitude, que separaram os problemas vividos na educação dos vividos nas fábricas, comércio e serviços. É como se as crianças e jovens não fossem filhos dos explorados, dos pobres e miseráveis, que há meses foram empurrados ao trabalho, apesar da pandemia. Não se pode defender a educação e a vida daqueles que a realizam fora dessa catastrófica realidade maior.

Essas direções se negaram a organizar um movimento de massa, clamando por segurança e defesa da vida, quando a burguesia e seus governantes atacavam, sem piedade, os empregos, salários e direitos; e implantavam o EaD. Agora, inventaram uma “greve sanitária”, decretada por assembleias virtuais. Os corajosos e heroicos defensores da vida

mal escondem sua capitulação diante da política burguesa do isolamento social. Não há como se fazer uma greve quando não está trabalhando. Essa é uma invenção engenhosa em tempo de pandemia, de milhares de mortes, de desemprego em massa, e de empobrecimento generalizado da população trabalhadora. Pelo menos, deveriam ter a decência de dar o nome correto à decisão on-line de não acatar a volta às aulas. Esse nome é “boicote” à decisão dos governantes. Esse boicote, porém, depende de cada indivíduo e família. Não corresponde ao movimento coletivo, organizado a partir de assembleias presenciais. O que parece uma decisão corajosa, é na realidade uma covardia descarada. Os burocratas se apoiam no temor dos pais para convocar virtualmente o “boicote”. Em outras palavras, servem da inércia das famílias e das condições diferenciadas do isolamento social dadas ao magistério.

O problema que os professores e a juventude têm pela frente vai muito além de mais algum tempo de pandemia. Estão diante do fechamento de escolas, imposição do EaD, evasão escolar, congelamento salarial, fim da estabilidade, aumento da jornada de trabalho, privatização e toda sorte de precarização das relações de trabalho e ensino. A escola burguesa não teve como se assentar no vínculo entre a produção social e o ensino. A impossibilidade de funcionar de acordo com a unidade dialética entre a prática e a teoria, e vice-versa, comprometeu sua função histórica. O EaD leva às últimas consequências esse divórcio. Um aspecto essencial dessa contradição se encontra na massa de jovens que nem estuda, nem trabalha. O aumento exponencial do desemprego se reflete no processo de ensino. Na pandemia, os jovens foram os mais afetados. Não se pode defender a educação pública e lutar contra sua decadência, sem enfrentar o desemprego que sacrifica a juventude pobre. O mesmo diz respeito à longa jornada daqueles que conseguem um emprego. Não têm como combinar os estudos com o trabalho.

Os trabalhadores da educação e a juventude devem abrir os olhos para a impostura da “greve sanitária”. Devem colocar-se pelas assembleias presenciais, que garantam a democracia e a soberania coletiva das decisões. Devem responder aos ataques à educação como parte de um plano de emergência de defesa do conjunto dos explorados, que tenha por base os empregos, salários, direitos, educação e saúde públicas.